



O DESAFIO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: ENTENDENDO O DESAFIO A SER ENFRENTADO

Orlete Ferraz dos Santos Neves – UTFPR – orlete_neves@hotmail.com
Henry Charles Albert D. N. T. de Mendonça Brandão – UTFPR – henrybrandao@utfpr.edu.br

Linha de Pesquisa: Educação Especial

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo, verificar as possibilidades de integração das crianças com deficiência em uma escola regular do ensino fundamental, visualizando as melhorias e oportunidades que as instituições podem promover para que haja a inclusão. Além disso, o projeto procura novas oportunidades de auxiliar as crianças com deficiência, sejam elas físicas ou intelectuais, no processo ensino-aprendizagem e na socialização dessas. Para realizar do trabalho foi solicitado o auxílio da psicopedagoga da escola, com a finalidade de avaliar os estudantes, portadores de deficiências durante as aulas regulares. As turmas analisadas cursam do 6º ano ao 9º ano escolar do ensino fundamental. No trabalho, foram utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica e entrevistas com os alunos portadores de deficiência, para que, juntamente com a análise da profissional, fosse possível avaliar as principais dificuldades existentes hoje na instituição de ensino, os principais fatores que dificultam a inclusão desses nas salas de aula, buscando formas de saná-los dentro da escola.

Palavras chave: necessidade, educação especial, educando.

1 INTRODUÇÃO

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito dos alunos compartilharem a mesma sala, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma fundamentado nos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, frente às barreiras da exclusão dentro e fora da escola de crianças com necessidades especiais.

Segundo Capellini, Germano e Cunha, (2010), entender os problemas de aprendizagem que afetam os alunos no processo de alfabetização não é tarefa fácil para os profissionais da educação, tampouco aceitar o desafio e as questões inerentes nos processos que permeiam a aprendizagem escolar.

Objetiva-se reconhecer as dificuldades enfrentadas no sistema de ensino há a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização das escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando na mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas, conforme Boneti.

Para a realização desse trabalho foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica e campo com os alunos, para que fosse possível compreender a visão de inclusão sentida por eles e principalmente auxiliar a escola sobre quais melhorias seriam necessárias para facilitar o acesso e a integração dos alunos nas salas de aula.

Para auxiliar o trabalho, foi solicitado o acompanhamento da psicopedagoga da escola em questão, para que avaliasse os alunos com deficiências durante as aulas regulares, assim como quais aspectos interferiam de maneira negativa no processo de aprendizagem.

As salas de aula analisadas são de ensino fundamental, do 6º Ano ao 9º Ano. A escola possui cerca de 300 alunos, sendo 20 deles com deficiências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 História da Educação Especial

O atendimento de pessoas com necessidades especiais no Brasil teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: em 1854 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e em 1857 o Instituto dos Surdos Mudos. Somente em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2008).

Em 1961 o atendimento educacional a pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de acordo com a LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos excepcionais à educação. (LEI 4.024, 1961).

A Lei n 5.692/71 que altera a LDBEN de 1961 ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos as classes e escolas especiais (EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2008,p.19).

Ainda de acordo com a referência mencionada, a Constituição Federal de 1988, traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quais quer outras formas de discriminação”. Define no artigo 205 a educação como um direito de todos, garantindo o desenvolvimento, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Entretanto, no artigo 206 “estabelece-se a igualdade de acesso e permanência na escola, como um dos princípios para o ensino e garante a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, como dever do Estado.”

De acordo com Santos (2009, p.3), a inserção da escola inclusiva no meio educacional foi oficialmente assumida através da Declaração de Salamanca em 1994 por diversos países, o que refletiu na legislação brasileira, onde os alunos com necessidades educacionais especiais devem estudar preferencialmente em classes comuns, em todos os níveis de educação e ensino.

Roth (2006, p.191) explica que com o objetivo de disseminar essa política de inclusão e transformar os sistemas educacionais, “foi implantado o Programa Educação Inclusiva: direito à Diversidade, a nível nacional, do MEC em parceria com diversas entidades brasileiras e internacionais, com ações da SEESP (Secretaria de Educação Especial)”.

A resolução CNE/CEB nº 2/2001 determina que os sistemas de ensino devam matricular todos os alunos, cabendo às escolas o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2008, p.68).

2.2 Deficiências Físicas e Intelectuais dos Alunos

Farrel (2008) intensifica as diversas incapacidades que podem ser encontradas, onde alguns alunos são capazes de participar do currículo e aprender sem a necessidade do auxílio educacional adicional, caracterizando-se como portadoras de uma incapacidade, porém que não necessita de uma educação especial. Os alunos com “incapacidades físicas podem também apresentar comprometimentos sensoriais, neurológicos ou dificuldades de aprendizagem, requerendo apoio na aprendizagem”. Outros possuem mobilidade, porém apresentam dificuldades motoras, necessitando de apoio.

O sentido do tato tem a capacidade de mostrar qualidades como as sensações de textura, forma, flexibilidade e até mesmo peso. O olfato reconhece os materiais pelo odor. O paladar indica o sabor. A visão indica a percepção das cores, intensidade da luz e facilita a utilização de recursos como a televisão, computadores. A audição traz as informações a respeito dos sons, da voz, volume, timbre. “O sentido proprioceptivo transmite informações sobre a posição do corpo, dos membros, da cabeça e dos músculos, direção, equilíbrio, movimento, imobilidade, peso, aceleração e desaceleração (FARREL, 2008, pp.59-60).”

O autor ainda aponta características que os alunos com incapacidades físicas podem necessitar de algumas modificações como:

- a) Acomodações, condições acústicas e iluminação apropriadas;
- b) Adaptações no ambiente físico da escola, como rampas de acesso;
- c) Acesso a formas de comunicação alternativas ou aumentadas;
- d) Compras de materiais táteis;
- e) Acesso a diferentes sistemas de amplificação;
- f) Acesso ao apoio especializado.

As limitações em capacidades físicas e mobilidade são apoiadas de várias maneiras, incluindo adaptações no ambiente, flexibilidade nas rotinas, ênfase no currículo, uso de equipamentos e aparelhos, apoio de assistentes de aprendizagem, terapia da fala e da linguagem e programas para desenvolver e consolidar habilidades motoras, incluindo fisioterapia e treinamento motor (FARREL, 2008).

Capellini, Germano e Cunha (2010), descrevem as diversas habilidades e os tipos de acesso para facilitar cada uma delas. Conforme o quadro 1, a seguir, pode-se fazer uma relação das habilidades versus métodos de acessos.

Quadro 1: COMPARAÇÃO ENTRE HABILIDADES E ACESSO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

HABILIDADES	ACESSO
Leitura	- Conhecimento do alfabeto - Leitura de palavras e pseudopalavras
Escrita	- Escrita sob ditado de palavras e pseudopalavras
Habilidade Metalinguística	- Identificação de rima - Aliteração - Segmentação silábica e fonêmica - Manipulação silábica e fonêmica
Processamento Auditivo	- Discriminação de sons - Ritmo - Repetição de palavras e pseudopalavras
Processamento Visual	- Memória direta e indireta de dígitos - Cópia de formas - Memória visual
Velocidade de Processamento	- Nomeação automática rápida de figuras - Nomeação automática rápida de dígitos

Fonte: Capellini, Germano, Cunha (2010)

Dessa maneira, os autores descrevem as necessidades básicas que devem ser trabalhadas para cada tipo de habilidade a se desenvolver. Podendo assim o professor, seguir um esquema de planejamento de acordo com as habilidades necessárias para o desenvolvimento de seus alunos.

A expressão deficiência intelectual surgiu em 2006 para denominar as pessoas com deficiência mental. “Essa deficiência não é considerada uma doença e, sim, um prejuízo das funções cognitivas causada por fatores que acompanham o desenvolvimento do cérebro. Podem variar de leve à grave, o

que diferencia muito a intervenção que deve acontecer por parte do educador com o aluno "(INCLUSÃO, 2010, p.4).

Ainda, de acordo com Capellini, Germano e Cunha (2010), as características da deficiência intelectual podem ser divididas em:

Área motora: alterações na motricidade. Nos casos severos, percebe-se a incapacidade motora mais acentuada, como dificuldade de coordenação e manipulação.

Área cognitiva: crianças com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades na aprendizagem, com dificuldade em focar a atenção, na memorização e resolução de problemas. Podem atingir os mesmos objetivos dos alunos sem deficiência, porém, com um ritmo mais lento.

Área da comunicação: alunos com deficiência intelectual encontram dificuldade de comunicação, ocasionando maior dificuldade nas relações.

Área socioeducacional: discrepância entre a idade mental e a cronológica, porém, é necessário envolver os alunos da mesma idade cronológica, para participar das mesmas atividades, para que aprendam comportamentos, valores e atitudes apropriadas de sua faixa etária.

Os professores devem:

- focar a atenção, dando prioridade aos objetivos que queremos ensinar;
- partir dos contextos reais;
- criar situações de aprendizagem positivas e significativas preferencialmente em ambientes naturais aos alunos;
- motivar, elogiar o sucesso e valorizar a autoestima;
- utilizar diferentes tipos de linguagem como músicas, artes, expressões corporais;
- acompanhar continuamente o processo de aprendizagem do aluno, registrando suas observações, para poder, como o tempo, perceber quais os meios traçados por cada um para aprender, pois não há um perfil único para alunos com deficiência intelectual (INCLUSÃO, 2010, pp. 5-6).

De acordo com a revista Inclusão (2010), em todas as áreas existe uma expectativa da inclusão do aluno com deficiência intelectual para que ele desenvolva certas habilidades:

Área afetiva: que o aluno torne-se independente e capaz de tomar iniciativas próprias, respeite os sentimentos dos outros e expresse os seus, esteja interessado em conhecer o meio que o cerca, seja capaz de encontrar

soluções para os problemas, desenvolva sua criatividade e participe das atividades propostas na escola.

Área social: estabeleça interações sociais com os adultos, baseadas no respeito mútuo, estabeleça trocas baseadas na cooperação, aprenda a respeitar regras sociais, construa regras e normas de conduta compatíveis com os estágios de desenvolvimento em que se encontra.

Área perceptomotora: coordene movimentos diferentes, envolvendo coordenação motora grossa e fina.

Área cognitiva: tenha oportunidade de agir sobre um meio físico, estabelecendo relações e interações entre si mesmo e o mundo.

Para a aprendizagem adequada, o espaço físico deve ser bem organizado, o material pedagógico rico e diversificado e propiciar atividades em grupos com atenção progressiva.

O material ainda contribui, relatando que não existe uma metodologia diferenciada para os alunos com deficiência intelectual, o processo de desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem passam pelas mesmas etapas que outros alunos.

2.3 Dificuldades na Aprendizagem

De acordo com Thaddeu (2007), a qualidade da educação depende diretamente da qualidade de vida e da maneira com que os professores lidam com as suas histórias sobre a vida e com as histórias de vida dos alunos. Dentro do sistema de ensino, o professor é o agente principal na investigação das diferentes necessidades e deve ser atuante para promover as mudanças na aprendizagem.

Durante o processo de alfabetização algumas crianças se saem melhor que outras. Ao se deparar com crianças que apresentam problemas de aprendizagem, deve haver uma preocupação dos profissionais da área em investigar a aquisição e desenvolvimento dos diferentes currículos que podem ser utilizados (Capellini, Germano, Cunha, 2010).

É papel do professor investigar e solicitar ajuda para que os diversos currículos sejam atendidos, entendendo que, cada aluno se desenvolve em seu próprio tempo, de acordo com suas características específicas.

Segundo Fonseca (1995,pp.73-74), o termo DA (Dificuldades de Aprendizagem) define as dificuldades na aprendizagem e se referem “a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades na aquisição e utilização da compreensão da fala, auditiva, da leitura e escrita e do raciocínio matemático.”

De acordo com Sisto, Fini e Martinelli (2001, p.190), as dificuldades de aprendizagem nos alunos com deficiências implicam em “qualquer dificuldade observável vivenciada pelo aluno para acompanhar o ritmo de aprendizagem de seus colegas.” Essas rotinas relacionam-se com a dificuldade encontrada pelo aluno para colocar em prática rotinas de planejamento e controle dos processos cognitivos, na realização de tarefas.

Com isso, cada dificuldade encontrada precisa ser diferenciada e abordada de maneira a levar o aluno a inclusão, acompanhando seu tempo, seu ritmo e suas características próprias de aprendizagem.

Porto (2007,p.153) destaca que, ao falar de dificuldades de aprendizagem é necessário conceituar o oposto, a aprendizagem. A aprendizagem é um processo vincular, que se dá no vínculo entre a pessoa que ensina e a pessoa que aprende. Segundo a autora, a aprendizagem é articulada entre o saber, o conhecimento e a informação, “sendo a informação o conhecimento objetivado que pode ser transmitido, o conhecimento é o resultado da construção do sujeito na interação com os objetos e o saber, a apropriação desses conhecimentos de forma particular pelo sujeito.”

A partir desse conceito, o autor citado, ainda define a aprendizagem como uma construção singular que o sujeito faz segundo seu saber, transformando as informações recebidas em conhecimento.

Todos esses conceitos fazem com que a escola inclusiva seja de extrema importância, transformando seu conhecimento em algo real, além de incluí-lo no meio social.

Os benefícios da escola inclusiva para o desenvolvimento da criança com deficiência, sua socialização e autonomia é tido como unanimidade nos relatos de professores e psicopedagogos. Santos (2009, p.13) relata a importância na inclusão, pois “a oportunidade criada pela interação entre a criança com e sem deficiência, para que sejam trabalhados não só questões

relativas a diferenças, direitos e deveres, mas também o incentivo ao trabalho em grupo”.

Sisto, Fini e Martinelli (2001, p.209) identificam que do ponto de vista psicológico, a inclusão escolar é um método necessário e eficaz para a desmistificar que alunos com dificuldade de aprendizagem apresentam percepção distorcida ou descrença quanto à suas capacidades de aprendizado.

2.4 O que é a Inclusão Escolar

De acordo com o Dicionário Aurélio (2015), incluir significa incluir, compreender, abranger. Dessa maneira, a inclusão está ligada ao ato de envolver, sendo assim, oposta a exclusão.

A inclusão, muito abordada nos dias de hoje, apresenta-se como um desafio a ser vencido, sejam pelas diferenças psicológicas a serem quebradas pela sociedade, quanto pela acessibilidade que demanda custos, mobilização e interação de todos os participantes do processo.

No setor escolar, a inclusão é vista como um dever da escola e um direito de todos e remete a ideia aos portadores de necessidades especiais. Pereira (2015,p.6) define inclusão como “a inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade”.

Porém, a inclusão no setor escolar, bem como em todos os setores, na prática torna-se muito mais complexa, pois depende de mudanças sistemáticas e estruturais dentro do ambiente escolar, formação intelectual dos profissionais e abrangência da comunidade como um todo.

2.5 A Instituição Escolar voltada para a Inclusão

De acordo com Santos (2009, pp.7-9) para a correta implementação da inclusão na educação é necessário que haja a reorganização das escolas, com isso, a mudança em sua infraestrutura, “a redução do número de alunos por turma e a construção de novas dinâmicas educativas”. Todo esse contexto faz com que a importância da formação dos professores seja ressaltada, para que

ele se torne o principal fomentador das mudanças que devem ocorrer no ambiente escolar, para que a educação inclusiva aconteça.

Porto (2007) ressalta que a instituição escola deve conhecer e respeitar as diferentes culturas que esta abriga, compreendendo e fazendo compreender as diferenças ali habitadas, acolhendo e sendo um ambiente prazeroso, em que as crianças tenham prazer de frequentar:

Escola é... o lugar onde se faz amigos. Não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... escola é sobretudo, gente, gente que trabalha, gente que estuda, gente que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez maior, na medida em que cada ser se comporta como colega, como amigo. Nada de ilha cercada de gente cercada de gente por todos os lados... em uma assim vai ser fácil estudar, crescer, fazer amigos, educar e ser feliz (PORTO, 2007, p.161).

Conforme relata a Educação Inclusiva (2015), na escola, as diferenças vivenciadas pelas crianças são as principais fontes de formação, podendo ser confirmadas e valorizadas ou rejeitadas e silenciadas. Isso demonstra a importância de um ambiente escolar saudável e isento de preconceitos para a formação dos cidadãos.

De acordo com Miranda e Galvão (2012), a escola tem por finalidade permitir o acesso ao conhecimento, onde deve haver a ligação entre a escola e os profissionais em ações pedagógicas com os princípios da inclusão escolar. Para que isso aconteça de fato, são necessárias “reflexões sobre a educabilidade, processos de inclusão-exclusão, políticas educacionais, condições de aprendizagem, dentre tantas outras”.

Garantir educação de qualidade para todos implica em uma mudança da escola no que consiste não somente na aceitação, mas na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais que formam a identidade individual e coletiva, como também o respeito ao ato de aprender e construir (EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2015).

Miranda e Galvão (2012, p.97) enfatizam que, para garantir a aprendizagem dos alunos é necessário que todos tenham acesso ao currículo escolar, visando diferentes práticas pedagógicas que atendam as diferentes formas de aprendizagem dos estudantes. Para que isso aconteça é preciso que

ocorra o planejamento, estratégias, metodologias de ensino e processos de avaliação que permitam que o professor acompanhe o desenvolvimento dos alunos, além de que, é necessário que o educador mantenha-se atualizado para que consiga lidar com as novas ferramentas de ensino.

Entender que a inclusão nas salas de aula é uma necessidade dos alunos faz com que os professores, os alunos e a sociedade se abram para receber os cidadãos sem preconceito, vislumbrando uma sociedade justa e igualitária para todos.

As competências de ensino devem estar sempre voltadas para a aprendizagem dos alunos, ao uso de tecnologias de informação e comunicação, de métodos e materiais inovadores na execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; as competências de pesquisa ressaltam a importância nas práticas de pesquisa e investigação; e, as competências socioculturais, com a função de envolver as práticas nas atividades, a relação nas diversidades culturais (SANTOS, 2009).

Para que a real inclusão aconteça é necessário que o professor, agente principal dessa formação sinta-se preparado e esteja aberto as diferentes práticas, sendo o motivador dentro da sala de aula.

Na caracterização do professor inclusivo, Santos (2009) caracteriza quatro eixos como principais:

valorização da singularidade do aluno e respeito a seu ritmo, ressaltando suas possibilidades, e não apenas sua deficiência; atenção ao vínculo professor-aluno; uso adequado e não estigmatizante do diagnóstico; e a presença de um desejo de aprender vibrante no professor, a fim de que esteja aberto para buscar alternativas de intervenção diante da inegável dificuldade em aprender dos alunos com deficiência (SANTOS, 2009,p.17).

Com essas características a escola deve estar apta ao desafio constante de receber novos alunos, tornando o ambiente físico e pedagógico agradável para que a inclusão aconteça. Para tal, é necessário que a mesma mantenha os professores atualizados e comprometidos às novas práticas e planejamentos da inclusão nas salas de aula.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram levantadas 4 (quatro) questões e analisados 20 (vinte) alunos apresentando necessidades especiais, tanto intelectuais como físicas, com o intuito de estabelecer quais os principais fatores dificultam a inclusão desses nas salas de aula.

Após essa análise, realizou-se estudos quanto aos números de inclusão com o auxílio da secretaria. Na tabela 1 são destacadas as faixas etárias dos alunos de acordo com os anos escolares analisados.

TABELA 1: Caracterização dos alunos de acordo com a faixa etária:

Ano Escolar	Idade média dos alunos (anos)	Idade média dos alunos com deficiência (anos)	Quantidade de alunos
6º Ano	10-12	11-15	4
7º Ano	11-13	15-16	7
8º Ano	12-14	15-17	5
9º Ano	13-15	16-19	4
Total			20

Fonte: Dados colhidos pela autora (2015)

A primeira questão buscou identificar se a idade média dos alunos correspondia de acordo com a sala de aula ao qual estudavam.

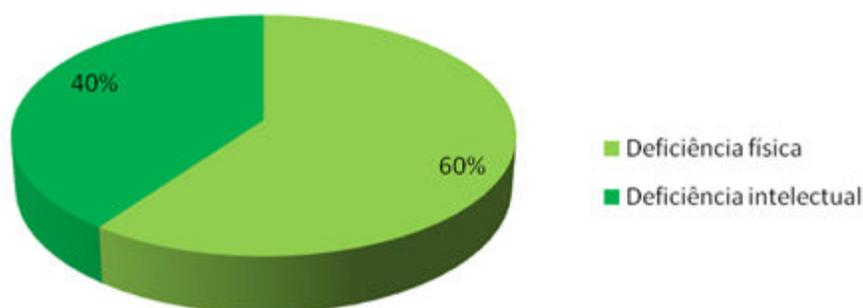
Apenas 10% dos estudantes estão cursando as séries de acordo com sua idade. Entretanto, 90% dos alunos estão com a faixa etária atrasada de acordo com os outros alunos da sala, dificultando o acompanhamento das matérias e fazendo com que os alunos sintam-se excluídos na continuidade das matérias.

De acordo com Freitas, Soares e Pereira (2010, p.151), “O grau de comprometimento da deficiência Intelectual irá depender da história de vida, do

apoio familiar e das oportunidades vividas, bem como das necessidades de apoio e das perspectivas de desenvolvimento”.

De acordo com a questão 2, verificou-se o índice de alunos quanto às necessidades especiais, sejam elas, físicas ou intelectuais. Os resultados estão expressos no gráfico abaixo.

Gráfico 1: ESTATÍSTICA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E INTELECTUAL



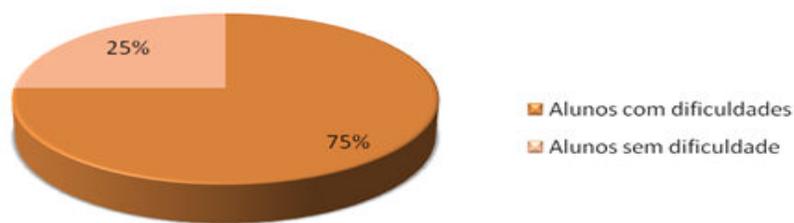
Fonte: Dados colhidos pela autora (2015).

Na pesquisa, 60% dos alunos possuem deficiência física e 40% apresentam deficiência intelectual. Com esses resultados, indica-se a necessidade da escola manter a acessibilidade, pois apenas dessa maneira é possível integrar os alunos com deficiências físicas às atividades escolares.

A escola apresenta-se como um meio de estimulação, no qual a criança tem a possibilidade de ampliar seu desenvolvimento global. Para a inclusão é necessário que não só a instituição esteja preparada, mas também os funcionários e os próprios alunos (FREITAS, SOARES, PEREIRA, 2010, p.161).

A terceira questão levantada foi relacionada ao fato de que se os próprios alunos julgavam-se aptos para estar no ano escolar ao qual cursavam, descrevendo assim, se consideravam que as aulas eram “fáceis” ou “difíceis” para o acompanhamento, onde as respostas estão demonstradas no gráfico 2.

Gráfico 2: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS QUANTO À DIFICULDADE NO ACOMPANHAMENTO ESCOLAR



Fonte: Dados colhidos pela autora (2015).

Dentre os entrevistados, 75% dos alunos julgaram que as aulas eram difíceis e que não conseguiam acompanhar as matérias.

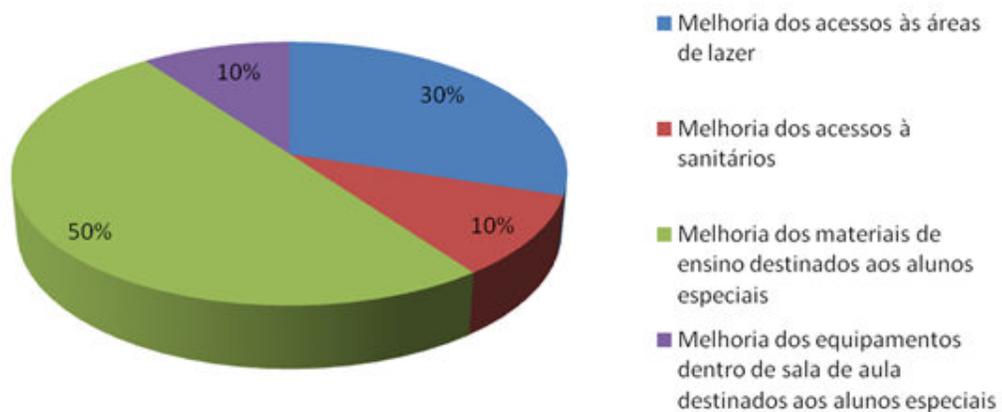
Com relação a essa questão, o resultado apresentou-se de acordo com os relatos dos professores das salas, que acompanharam o trabalho. Isso mostra que são necessários maiores esforços por parte da escola para tentar auxiliar os alunos com dificuldades, para que eles se sintam parte do processo.

“O processo de estimulação consiste em reforçar e favorecer o desenvolvimento e proporcionar o apoio necessário às suas dificuldades” (FREITAS, SOARES, PEREIRA, 2010, p.165).

Na quarta questão buscou-se abordar quais as prioridades de melhora que a escola poderia oferecer para facilitar a vida dos alunos. Dentre as opções estavam:

- a) Melhoria dos acessos às áreas de lazer;
- b) Melhoria dos acessos à sanitários;
- c) Melhoria dos materiais de ensino destinados aos alunos especiais;
- d) Melhoria dos equipamentos dentro de sala de aula destinados aos alunos especiais.

Gráfico 3: MELHORIAS SUGERIDAS PELOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS



Fonte: Dados colhidos pela autora (2015).

Dos participantes, 30% relataram sobre a necessidade de melhoria as áreas de lazer, 10% identificaram que as melhorias de sanitários são necessárias e 50% descreveram sobre como é necessário melhorar os materiais de ensino destinados aos alunos com deficiência visando desenvolver sua identidade pessoal e por fim, 10% busca a melhoria nos equipamentos dentro das salas de aula.

Com essa análise foi possível perceber que não apenas as melhorias físicas nas escolas são percebidas pelos alunos com deficiências e que a melhoria do material didático é necessária para atender esses alunos que tanto necessitam da inclusão escolar como força motriz para sua inclusão na sociedade.

Além dessas questões foi levantado o número de inclusão escolar de crianças com deficiências durante os anos de 2012 a 2015, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2: INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Ano	Número de alunos
2012	2
2013	6
2014	16
2015	20

Fonte: Dados colhidos pela autora (2015).

Em 2012 apenas 2 crianças com deficiência física estudavam na escola; no ano de 2013 esse número subiu para 6 crianças; já em 2014 o número era de 16 crianças; e, finalmente em 2015 o número de crianças matriculadas é de 20 crianças.

Esses números demonstram que a inclusão vem acontecendo aos poucos e é motivo de orgulho para a escola, que busca o caminho do desenvolvimento e da socialização dessas crianças e adolescentes.

Um das explicações encontradas para o aumento dos alunos além dos investimentos socioculturais foi uma recente reforma que a escola passou no ano de 2012, favorecendo o acesso aos portadores de deficiência física e uma sala de psicopedagogia com uma profissional especializada, que favorece e estimula os alunos com deficiências intelectuais.

Outro ponto abordado no trabalho foi a preocupação com a capacitação dos professores.

Dos 30 professores ativos na escola, 5 deles possuem especializações em ensino e/ou educação voltadas às deficiências intelectuais.

Esse panorama demonstra a crescente necessidade de educadores treinados e qualificados quanto às diferentes formas de ensino, todas elas voltadas para a inclusão escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho promoveu uma interação significativa com todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, seja ela física ou intelectual, visando estabelecer estratégias que nos levem a refletir sobre o processo de desenvolvimento das crianças, assumindo o compromisso com a aprendizagem.

A escola deve oferecer às crianças com deficiência uma série de estímulos úteis ao seu desenvolvimento. Estímulos corretos, nos momentos certos, que contribuirão para o desenvolvimento do potencial da criança, fazendo com que chegue à idade adulta como um ser feliz e socialmente útil, pois aprendeu no convívio em sociedade.

Porém, muitas vezes a instituição educativa não se encontra preparada para essa real inclusão, pois apesar de na maioria das vezes atender as normas estruturais, muitas vezes faltam profissionais capacitados para acolher esses alunos e desenvolvê-los, como também materiais que facilitem e estimulem esse processo.

Pensar uma escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, onde inclua a todos com suas diferenças. Uma sociedade não apenas aberta e acessível a todos os grupos, mas que estimula a participação; que abrigue e aprecie a diversidade humana; cuja meta principal é oferecer oportunidades iguais para que todos desenvolvam seu potencial.

É preciso que não só a escola, mas o governo, professores, pais e a sociedade se envolvam dentro do processo. Esse modelo de educação e de escola é possível, onde as crianças possam conviver e estudar juntas, garantindo assim o direito de todos vivenciarem a verdadeira cidadania.

REFERÊNCIAS

Boneti, R.V.F. **O Papel da Escola na Inclusão Social do Deficiente Mental.** In: Mantoan, M.T.E. org. A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema. Editora Memnon, São Paulo, 1997.

CAPELLINI, Simone Aparecida; GERMANO, Giseli Donadon; CUNHA, Vera Lúcia Orlandi. **Transtornos de aprendizagem e transtornos de atenção:** da avaliação à intervenção. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Significado de incluir.** Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/incluir/>>. Acesso em 07 de setembro de 2015.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Jan-Jun/2008, vol 4, n 1.

FARREL, Michael. **Deficiências sensoriais e incapacidades físicas:** guia do professor. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FONSECA, Vitor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem.** 2 ed. ver. Aum. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREITAS, Angelina de Farias; SOARES, Felipe Alves; PEREIRA, Eveline Torres. **Aspectos Gerais da Deficiência Intelectual.** EFDeportes.com, Revista Digital, Buenos Aires, Ano 15, nº 151, Dezembro de 2010.

INCLUSÃO. **Deficiência Intelectual:** Terminologia nova para antigos preconceitos. Fev/ 2010, ano 1, nº 3.

LEI 4.024/61. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/129047/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em 30 de janeiro de 2015.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva:** formação, práticas e lugares. Theresinha Guimarães Miranda, Teófilo Alves Galvão Filho, organizadores. Salvador: EDUFBA, 2012.

PEREIRA, Marilú Mourão. **Inclusão escolar:** um desafio entre o ideal e o real. Disponível em: <<http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/inclusaoescolar.htm>>. Acesso em 06 de setembro de 2015.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia institucional:** teoria, prática e assessoramento psicopedagógico. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2007.

ROTH, Berenice Weissheimer. **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva:** direito à diversidade / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SANTOS, Elias Souza dos [et al.]. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social:** questões contemporâneas/ Féliz Díaz, Miguel Bordas, Nelma Galvão, Theresinha Miranda, organizadores. Salvador: EDUFBA, 2009.

SISTO, Firmino Fernandes; BORUCHOVITCH, Evely; FINI, Lucila Dieh Tolaine. **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico.** Petrópolis: Vozes, 2001.

THADDEU, Rogério. **A Mente Cura.** Maringá: Nassibum, 2007.